



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010533-93.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Renata Maria Cury Rodrigues**  
 Requerido: **Tim Celular S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado contrato de prestação de serviços com a ré, mas por motivos íntimos pediu a portabilidade do plano anteriormente ajustado.

Alegou ainda que posteriormente passou a receber cobranças da ré sem que houvesse razão a justificá-las, não tendo conseguido resolver a pendência.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES:**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.”* (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse *status* em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade dos débitos em apreço, limitando-se em contestação a asseverar que não houve falha a seu cargo.

Não lhe assiste razão, porém.

Isso porque pelo que se extrai dos autos a autora efetivamente em outubro de 2015 cancelou o contrato que mantinha com a ré, mas as cobranças que se seguiram diriam respeito a outras linhas, acessórias, que permaneceram disponíveis até março de 2016.

Ora, tocava à ré amearhar dados que evidenciassem que por ocasião do cancelamento da linha principal cientificou a autora que as acessórias permaneceriam em funcionamento, até porque tal situação poderia fugir de sua compreensão.

Entretanto, como nada foi ofertado nessa direção, é de se reconhecer que a ré no mínimo inobservou um dos direitos básicos do consumidor previsto no art. 6º do CDC, qual seja o da *“informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”*.

Discorrendo sobre o tema, ensina **CLÁUDIA**

**LIMA MARQUES:**

*“O direito à informação é corolário do princípio da confiança, pois o produto e serviço que informe seus riscos normais e esperados é um produto que desperta uma expectativa de um determinado grau esperando de 'segurança'. A utilidade do direito à informação inicia na efetividade do direito de escolha do consumidor (Art. 6, I), como causa inicial do contratar, e acompanha todo o processo obrigacional, na segurança esperada por este equilíbrio informado dos riscos e qualidades, até seu fim, que é satisfação das expectativas legítimas do consumir um produto ou serviço sem falhas de segurança (causa final)”* (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Revista dos Tribunais, 3ª edição, p. 250).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A informação, ademais, e nos termos de decisão do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “*deve ser correta (=verdadeira), clara (=de fácil entendimento), precisa (=não prolixa ou escassa), ostensiva (=de fácil constatação ou percepção) e ... em língua portuguesa*” (REsp. 586.316/MG).

Isso aqui não teve vez e a maior prova de que nem mesmo a ré sabia o que estava acontecendo reside na mídia apresentada pela autora.

A primeira gravação que oferece pertine a diálogo em que a autora questiona faturas recebidas com vencimento em dezembro/2015 e janeiro/2016, quando o contrato já estava extinto desde outubro.

Depois de algumas explicações, a atendente da ré salienta que promoveu a baixa dos valores, de sorte que nada remanesceria pendente de quitação em seus sistemas, mas não foi o que se viu posteriormente.

A falta de informação, portanto, atingiu a própria ré.

Esse cenário já seria suficiente para fulminar as cobranças levadas a cabo pela autora, mas há outro aspecto que reforça tal convicção.

Nesse sentido, se o cancelamento de todos os contratos teve vez em março de 2016 é incompreensível a geração de cobranças em julho e agosto de 2016, como se vê a fls. 19/20.

O quadro delineado leva à certeza de que a ré não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus de comprovar a existência de amparo às cobranças impugnadas pela autora.

Significa dizer que a pretensão deduzida prospera para que se declare a inexigibilidade dessas dívidas.

De outra banda, a restituição do valor correspondente impõe-se inclusive como forma de evitar o inconcebível enriquecimento sem causa da ré ao receber valores sem o devido lastro.

Só que a devolução não se fará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

Os danos morais sofridos pela autora estão por fim configurados.

A simples leitura do processo denota que a autora foi exposta a enorme desgaste para resolver problema a que não deu causa.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Lançou mão de inúmeros contatos junto à ré, sem êxito, e teve de socorrer-se do Poder Judiciário para essa finalidade.

Tal dinâmica seguramente a afetou severamente, como de resto ocorreria com qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição.

A ré, é forçoso reconhecer, não dispensou à autora o tratamento que seria exigível, indo a hipótese muito além dos meros dissabores próprios da vida cotidiana.

Caracterizados os danos morais, o montante da indenização está em conformidade com os critérios empregados em casos afins (toma em conta a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade dos débitos tratados nos autos e para condenar a ré pagar à autora as quantias de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 188,15, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada importância que a compôs, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 24 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**